

EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO*

MARIO CESAR FLORES**
Almirante-de-Esquadra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O CONSERVADORISMO MILITAR
CONJETURAS POLÍTICO-ESTRATÉGICAS
DESDOBRAMENTO ESTRATÉGICO DAS CONJETURAS
REVISÕES NECESSÁRIAS
CONFIGURAÇÃO E DIMENSIONAMENTO
CONCLUSÃO
O DEBATE

INTRODUÇÃO: O CONSERVADORISMO MILITAR

Este artigo é adaptação de palestra proferida na EGN (19 de abril de 2000). Ele desenvolve, sistematiza e integra idéias expostas em foros políticos, acadêmicos e militares e em artigos publicados em jornais e revistas.

As opiniões, reflexões e conjecturas apresentadas são sujeitas a controvérsias, mas o pensamento estratégico não poderia ser exceção no universo de mudanças e incertezas do período histórico que estamos vivendo.

Atento ao fato de que hoje e no futuro previsível são e serão tênues as separações tradicionais entre a guerra naval, terrestre e

* N.R.: Os negritos e os destaques são de responsabilidade da redação da RMB.

** N.R.: O autor foi ministro da Marinha no Governo Collor e secretário da Secretaria para Assuntos Estratégicos (SAE) no Itamar Franco.

aérea, o artigo, embora enfatize, não se limita aos aspectos navais do pensamento estratégico. Além de considerar a ordem mundial, ele trata também da ordem regional e da inserção estratégica do Brasil em ambas, com vistas à coerência entre as preocupações militares e a realidade de interesse para a defesa.

Nas análises históricas, quando é fácil criticar porque os fatos são conhecidos, os militares são freqüentemente acusados de conduzir o preparo militar para a guerra anterior, em vez de fazê-la para a seguinte. Bom exemplo em apoio à acusação foi a linha Maginot, um sistema linear fixo de defesa da França inspirado na campanha estática do oeste europeu na Primeira Guerra Mundial, que foi inútil em 1940, quando o ataque alemão à França foi um ataque de movimento por forças blindadas e motorizadas, com apoio aerotático, através de um estreito rompimento da defesa. Curiosamente, a guerra de movimento fora preconizada nos 1930 pelo então Coronel De Gaulle, mas o Alto Comando francês rejeitou-a, o que não aconteceu na Alemanha, onde o poder político, Hitler, apoiou seus generais inovadores, em detrimento dos conservadores fiéis à concepção que havia produzido a vitória sobre a França em 1870, ainda atuante no pré-Segunda Guerra Mundial embora sem sucesso decisivo na Primeira – o que demonstra ser o poder político potencialmente útil para superar o conservadorismo estratégico.

Outro exemplo, naval e brasileiro: até a Segunda Guerra Mundial nossa Esquadra, nucleada pelos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, adestrava-se fundamentalmente para duelos de artilharia, para Jutlândias miniaturizadas, sul-americanas. Mas o exigido de 1942 a 45 foi a proteção anti-submarino do tráfego costeiro, para a qual foram pratica-

mente inúteis o adestramento e os meios do pré-guerra; os meios, em parte adaptados à nova missão, condenados a fraco desempenho e complementados em emergência por navios norte-americanos, situação que implicou em dependência operacional e logística, da Marinha americana.

Nesta linha de crítica atribui-se ao historiador militar inglês Liddel Hart a frase “só há uma coisa mais difícil do que pôr na cabeça de um militar uma idéia nova, é tirar a antiga”. Exagero e caricatura à parte, realmente tendemos a cultivar concepções e valores concebidos sob circunstâncias políticas, econômicas, tecnológicas e estratégicas diferentes das atuais que, aliás, estão evoluindo rapida-

mente. O conservadorismo é comum nas grandes organizações bem estruturadas, cujos profissionais são submetidos à formação homogeneizadora e à escalada hierárquica para a qual o pensamento heterodoxo pode representar risco, como é o caso das militares: ressalte-se, porém, que o conservadorismo militar diz respeito

às concepções de orientação estratégica pois, em geral, na área tecnológica os militares são até propulsores da mudança e do progresso, embora tendam a pô-lo a serviço das concepções tradicionais.

CONJETURAS POLÍTICO-ESTRATÉGICAS

Feitas essas considerações sobre as dificuldades psicoculturais das mudanças, passemos ao cenário político-estratégico que influencia a moldagem do pensamento estratégico. Cenário hoje caracterizado por sua tecnologia revolucionária, sua sensibilidade em certos assuntos de interesse da humanidade em geral, sua transacionalização e

Só há uma coisa mais difícil do que pôr na cabeça de um militar uma idéia nova, é tirar a antiga

Liddel Hart

interdependência econômica, sua ausência de tensões imperiais e ideológicas tão graves como as que produziram as Primeira e Segunda Guerras Mundiais e alimentaram a Guerra Fria (quanto às ideológicas, presentes hoje no fundamentalismo islâmico), indutoras dos grandes exércitos de massa (iniciados na Revolução Francesa) e de imensas marinhas e forças aéreas (essas, modestas na Primeira Guerra Mundial, é claro).

Finalmente, caracterizado por contenciosos regionais que intranquilizam agora mais do que intranquilizavam no passado porque a tecnologia integrou o mundo em tempo real. Neste contexto, particularizando a região América do Sul, tais contenciosos são poucos e decrescentes: os antagonismos históricos tenderão a ser páginas viradas caso se consiga um razoável sucesso nos arranjos econômicos, naturalmente seqüenciados pela aproximação política e estratégica, à semelhança do ocorrido com a França e a Alemanha, se bem que lá o medo da URSS tenha ajudado a superar a história.

Vejamos algumas conjecturas que, de certo modo, refletem essas últimas considerações e constituem, no fundo, adaptações semânticas das antigas hipóteses de guerra ou conflito. Essas conjecturas são, na verdade, um exercício especulativo porque, em princípio, tratam-se de conjecturas da alçada do poder político (assessorado pela competência estratégica), a quem cabe avaliar e definir o que deve preocupar o poder militar — um caminho racional que não tem sido transitado no Brasil por despreparo e apatia do campo político, desinteressado por assuntos sem reflexo eleitoral, como é a defesa nacional. Despreparo e

apatia que, diga-se de passagem, se estende às áreas intelectuais e sociais diversas, não raro impregnadas de preconceito e viciadas por visões estereotipadas, dos militares.

Alerto que, quando dizem respeito ou abrangem as potências nucleares, as considerações subseqüentes se referem aos conflitos contidos no nível convencional pois, quanto ao nuclear, não há o que dizer, que possa ser objetivamente útil ao pensamento estratégico brasileiro. Mas vamos às conjecturas:

**... um caminho racional
que não tem sido
transitado no Brasil por
despreparo e apatia do
campo político,
desinteressado por
assuntos sem reflexo
eleitoral, como é a
defesa nacional**

• **A guerra generalizada**, envolvendo em campos opostos grandes potências, passou a ser improvabilíssima e assim permanecerá enquanto os Estados Unidos mantiverem sua superioridade estratégica, a síndrome do apocalipse nuclear mantiver moderadas as pretensões daquelas potências e a China mantiver um comportamento prudente. Essa hipótese não mais é parâmetro obsessivo do pensamen-

to estratégico mundial e não precisa ser considerada em países como o Brasil que, de qualquer forma, teriam nela papel secundário, praticamente irrelevante.

• Mais plausível hoje é a **continuação da ocorrência de conflitos localizados**, em geral limitados por opção racional à vista de seus objetivos restritos ou por incapacidade para incrementá-los, decorrentes de contenciosos raciais ou tribais, religiosos, territoriais ou por recursos naturais (água doce, no século XXI?). Esses conflitos oscilam de intensos, embora localizados e abertos ao compromisso (Irã X Iraque nos 1980), a escaramuças fronteiriças (o recente conflito Peru X Equador). Alguns casos singulares são potencial-

mente mais perigosos em termos de extravasão espacial e exponenciação de intensidade, como, por exemplo, o contencioso da Cashemira (Índia e Paquistão, nuclearizados) e China X Taiwan, mas em geral os conflitos regionais preocupam essencialmente a superpotência com responsabilidades globais (os Estados Unidos) e países com algum peso nas regiões em que são mais prováveis, mas não justificam preocupar os demais países do mundo, além da questão humanitária.

• Estamos vivendo uma época de **cruzas salvacionistas**, sob a égide da ONU, de diretórios regionais (OTAN, por exemplo) ou mesmo unilaterais (Estados Unidos ou outra potência em sua esfera de influência, como seria o caso da Rússia na Ásia caucásica), operacionalizadas sob a retórica da ordem supostamente de interesse mundial, sensível a questões relativas ao meio ambiente/recursos naturais, à criminalidade transnacional, aos direitos humanos e de minorias, à democracia (não raro uma razão hipócrita que camufla outros interesses), à conduta internacional, etc. (vale aqui perguntar: a soberania do Kuwait teria justificado o conflito do Golfo se não houvesse petróleo envolvido no caso?).

Essas cruzadas influenciam o pensamento estratégico, com vistas à intervenção ou à resistência a ela. Resistência de sucesso mais que duvidosa quando a intervenção se vale de imensa assimetria tecnológico-estratégica, haja vista os casos Iraque e Sérvia; em certa medida, também nas Malvinas, onde submarinos nucleares ingleses desbalanceavam o teatro. Contudo, embora seja insuportavelmente caro e praticamente inviável aos países em geral, situados em patamares inferiores de tecnologia bélica, ela não deve ser sumariamente descartada, como se verá adiante.

• **Os conflitos clássicos entre o Brasil e seus vizinhos** são hoje pouco verossímeis, embora não impossíveis. Se ocorrerem, eles serão certamente limitados quanto a objeti-

vos, intensidade e área de operações, fatores influentes no pensamento estratégico, por falta de capacidade, associada à provável inexistência de razões capazes de justificar a incontinência que, diga-se de passagem, não se coadunaria com a assimetria regional favorável ao Brasil e não seria tolerada pelos Estados Unidos – se é que os Estados Unidos tolerariam o conflito, mesmo contido.

A inverossimilhança da conjectura anterior não se estende aos problemas irregulares nas fronteiras terrestres, decorrentes de conflitos internos em países vizinhos ou da ação da criminalidade transnacional (drogas, contrabando, etc.). A fronteira marítima, além de vulnerável à criminalidade transnacional, pode ser (já é) teatro de ilicitudes sob a perspectiva do direito marítimo internacional e brasileiro, em particular no que tange à ecologia e aos recursos do mar. Tudo isso evidentemente afeta o pensamento estratégico.

Aceitas as conjecturas esboçadas, alguns parâmetros estratégicos, globais, regionais e brasileiros, surgem naturalmente, centrados ou influenciados pelo declínio, não a extinção, da validade das concepções estratégicas clássicas, que vêm perdendo, na realidade atual e previsível, a presença ampla e protagônica que tiveram, com mais ou menos sucesso, adaptados às circunstâncias vigentes, nos conflitos do século XX.

Em coerência com esta afirmação, pode-se dizer serem improváveis, daqui para a frente, as campanhas em terra, como a da Itália na Segunda Guerra Mundial, onde esteve nossa Força Expedicionária Brasileira (FEB), com suas batalhas mais ou menos decisivas e seus períodos indecisivos, de atrição; esses, só concebíveis hoje em guerras mantidas em fogo brando (Peru X Equador) ou entre países cujos povos aceitem longas privações e disponham de recursos para suportá-los (Irã e Iraque, oito anos de guerra nos 1980, ambos mobilizados psicossocialmente e amparados pela receita do petróleo). Vale lembrar, por

oportuno, que grandes batalhas terrestres não aconteceram em 1991 no Golfo e em 1999, nos Balkans.

Também no mar serão improváveis as campanhas com batalhas pelo domínio do mar e as campanhas de negação do usufruto do mar, similares às do Pacífico e à Batalha do Atlântico, da Segunda Guerra Mundial. Campanhas que, aliás, não ocorrem desde a Segunda Guerra Mundial e, vale mencionar aqui, o domínio do mar (o controle de áreas marítimas de interesse no conflito) nunca foi pretensão da URSS, salvo em águas próximas a território por ela ocupado, ao alcance de aviões voando de terra (estratégia defensiva) e, por curto tempo, nas áreas de saída de seus submarinos estratégicos e de ataque, das bases da região de Murmansk e da Sibéria, para o Atlântico e o Pacífico. No mais, em termos de guerra convencional sua pretensão nunca passou da negação, por submarinos; a "inflação" da ameaça foi, no fundo, *lobby* da Marinha americana.

Nos maiores conflitos do pós-Segunda Guerra Mundial, dependentes do fluxo logístico por mar (Coreia, Vietnã, Oriente Médio, Balkans), esse fluxo nunca foi ameaçado nas grandes extensões oceânicas; a exceção poderia ter sido o conflito do Atlântico Sul em 1982, se a Argentina tivesse contado com alguns bons submarinos para perturbar o cordão umbilical logístico inglês. A venda ao Brasil em 1993 de fragatas inglesas ainda relativamente modernas foi fruto do fim da missão plausível para elas na Marinha inglesa (Royal Navy-RN), a proteção do tráfego da OTAN no Atlântico Norte, contra a ameaça submarina soviética (e aérea, nas proximidades da Europa).

Em suma: é irrealisticamente inverossímil uma futura campanha marítima como a que participamos na Segunda Guerra Mundial, protegendo o tráfego marítimo próximo ao Brasil. Destaque-se que essa participação e sua sequência, o papel admitido por nós próprios e pela tutela norte-americana como o adequado à Marinha brasileira no conflito Leste X Oeste, similar ao desempenhado de 1942 a 45, influenciaram avassaladoramente por quatro décadas o pensamento naval brasileiro, com o apoio material e doutrinário dos Estados Unidos instrumentado, a partir de

1952, pelo Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, daquele ano, denunciado pelo Brasil em 1977 e ainda influenciam, a despeito da realidade atual é previsível, pois a atual oficialidade mais antiga viveu, quando moderna, a influência da síndrome anti-submarino e a transmite, já não muito, por osmose hierárquica aos mais modernos.

Note-se, ademais, que campanhas ao estilo da Batalha do Atlântico, obviamente muito menos intensas,

pouco ou nada contribuiriam para a decisão de conflitos regionais, provavelmente curtos por força de razões já aventadas — falta de objetivos capazes de justificar prolongá-los, falta de fôlego e influência inibidora dos Estados Unidos. Assim, também no tocante aos improvabilíssimos conflitos entre o Brasil e seus vizinhos, aos conflitos regionais em geral, não há sentido em fazer de tais campanhas influência ponderável no pensamento estratégico. Conflitos que só comportariam, se tanto, alguma atenção ao tráfego de apoio ao teatro "quente".

Ainda quanto ao mar, a tecnologia dificulta hoje em dia os assaltos anfíbios sobre litoral defendido, como os da Segunda Guerra

A tecnologia dificulta hoje em dia os assaltos anfíbios sobre litoral defendido, como os da Segunda Guerra Mundial no Pacífico e Europa

Mundial no Pacífico e Europa. O plausível agora — uma plausibilidade compatível com as situações mais prováveis dos cenários de intervenção — é o desembarque, eventualmente com algumas limitadas facetas de assalto mas em geral não resistido, à semelhança do ocorrido em São Carlos (Malvinas, onde outro desembarque inglês ao sul de Stanley, resistido por aviões argentinos voando do continente, foi mal sucedido). Já em 1951 o desembarque em Inchon, início do fim da perspectiva de vitória sino-coreana na Coreia, foi realizado em litoral mal guarnecido. E em 1991, a despeito de sua absoluta superioridade aérea e ausência de reação naval, os Estados Unidos não ousaram um assalto no litoral do Kuwait, guarnecido por tropas iraquianas. O assalto provavelmente acabaria bem sucedido, mas a um alto custo em vidas, que a opinião pública dos países afluentes (Estados Unidos e outros) não mais aceita; os Fuzileiros Navais foram usados com o Exército e como potencial anfíbio diversivo, fixador de forças de defesa no litoral do Kuwait.

É também viável o desembarque, geralmente seguido de retirada, na modalidade de incursão rápida, com forças especiais, para a consecução de propósitos limitados e transitórios, como seriam, por exemplo, a destruição de determinadas instalações críticas (ou, ao contrário, sua proteção por tempo curto) ou a retirada de pessoal sob risco.

No ar está em ocaso outro tipo de campanha de atrição, o bombardeio aeroestratégico prolongado e potencialmente indiscriminado, que contribuiu para, mas não decidiu a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial — bombar-

deio que, excluída a guerra generalizada, talvez longa se não nuclear, não teria mesmo cabimento racional nos demais conflitos conjeturados. Ele efetivamente seria decisivo em guerra nuclear mas, nesse caso, não se trataria de campanha de atrição e sim de holocausto fulminante — com aviões só no fim dos 1940 e nos 1950 porque depois os vetores passavam a ser os mísseis. Com o ocaso do bombardeio aeroestratégico abrangente, deixa de haver necessidade de defesa aérea territorial abrangente, passando a prevalecer a defesa

aérea seletiva, função de conjunturas limitadas e peculiares.

Nas circunstâncias dos conflitos mais verossímeis hoje e no futuro previsível, o emprego de aviões de combate é adequado principalmente para dois tipos de atuação: a relacionada diretamente com as ações de superfície (garantir a superioridade aérea local, apoio aerotático e ataque a alvos locais de alta sensibilidade operacional) e a

hipertecnologizada campanha de ataques de precisão a alvos selecionados, influentes na capacidade operacional inimiga (centrais de inteligência e de comando, comunicações e controle, sensores, depósitos, etc.) ou na resistência psicológica do povo (centrais elétricas, instalações de abastecimento de água, etc.), como os que vitimaram o Iraque e a Sérvia. Esse segundo tipo de atuação (aviões e mísseis, voando ou lançados de terra ou do mar) requer uma imensa superioridade bélica fundamentada na tecnologia e requer que o país alvo seja suficientemente desenvolvido para ser vulnerável a ele (que teria sido a utilidade dos caros ataques ditos “cirúrgi-

**Com o ocaso do
bombardeio
aeroestratégico
abrangente, deixa de haver
necessidade de defesa aérea
territorial abrangente,
passando a prevalecer a
defesa aérea seletiva,
função de conjunturas
limitadas e peculiares**

cos" na intervenção norte-americana na Etiópia...?). Sua viabilidade tecnológica sem grande risco para o agressor é, no fundo, uma sedução para que as maiores potências usem a violência.

Em última análise, podemos concluir que a única modalidade de atribuição plausível hoje, em sua acepção tradicional, é a guerra de guerrilha, que precisa de condições geofísicas (montanhas, selva), socioeconômicas e psicopolíticas peculiares (Vietnã, Afeganistão, Cashemira, Chechênia, Colômbia). Ela merece cuidados no pensamento estratégico brasileiro.

DESDOBRAMENTO ESTRATÉGICO DAS CONJETURAS

Cabem agora algumas breves considerações sobre o desdobramento estratégico das conjecturas, capaz de afetar o Brasil – o que, como dito antes, elimina das considerações a guerra generalizada e os conflitos regionais distantes.

As cruzadas internacionais ou, eventualmente, unila-

terais, exigem aprestamento caracterizado pela mobilidade e pela versatilidade, que permitam às forças envolvidas respostas rápidas às conjecturas muito mutáveis; e exigem apoio logístico eficiente – por vezes complicado pela distância, mas provavelmente não pela hostilidade no percurso. Dependendo da situação, podem exigir também condições militares capazes de produzir um grande desgaste prévio das forças de defesa (Iraque, Sérvia), mas é pouco provável que exijam grandes contingentes (o Iraque, exceção à regra, exigiu). Existem dois casos:

• *a intervenção está sujeita a resistência ponderável*, hipótese que requer a participação dos Estados Unidos, com ou sem o apoio

de outras potências ou, ao menos, a participação de uma grande potência se a intervenção ocorrer em sua área de influência e estiver ao seu alcance superar a resistência, modesta. Reside aí, em versão atual da *gun boat diplomacy* do século XIX, o hoje maior papel dos gigantescos navios-aeródromos norte-americanos e o papel residual, coadjuvante ou limitado, dos navios-aeródromos da França e da Inglaterra, úteis, como dito acima, se a resistência for modesta (intervensões em mal armadas ex-colônias, por exemplo). Neste primeiro caso, a países como o Brasil só pode

caber uma participação coadjuvante, se não simbólica para reforçar o consenso legitimador da intervenção; e

• *a intervenção é consentida ou até desejada pelo país alvo dela*, ou será muito precariamente resistida. Nessa hipótese, de baixa intensidade, pouco exigente em termos de projeção de poder em força, países como o Brasil podem ter participação razoavelmente significativa e até devem tê-la sob circunstâncias que lhes con-

firam responsabilidade, tais como características culturais, fortes interesses econômicos compartilhados e proximidade geográfica.

Quanto a improváveis, mas não de todo impossíveis **aventuras regionais** que possam vir a ameaçar o Brasil e seus interesses importantes, é preciso equacionar o pensamento estratégico visando a dissuadi-las e, se necessário, abortá-las logo em seu início, sem pretender vitórias profundas e alterações no *status quo* regional. Para tanto, é necessário ser capaz de reagir, ou agir preventivamente, de forma rápida e fulminante, no local ou sobre o eixo da ameaça que, pelas razões vistas anteriormente, seriam geograficamente restritos e envolveriam objetivos limitados.

Tal capacidade é útil também como instrumento de intervenção em cooperação coadjuvatória ou, respeitadas as circunstâncias restritivas já aventadas, como ator importante. E é obviamente adequada para proteger rápida e decisivamente, interesse brasileiro efetivamente vital (objetivo rigorosamente limitado e compreensível) nas proximidades imediatas do Brasil, mediante a criação, pelo tempo mínimo indispensável, de uma pequena zona de segurança, preferencialmente com a aquiescência do país envolvido no problema e ao amparo de "arranjos" de segurança regional mutuamente acordados, mas em último e inequivocamente necessário caso à revelia disto.

Dentro dos limites de um realismo sensato, as últimas observações delineiam também uma modesta capacidade útil para indicar às maiores potências que não seria seguramente zero o custo do sucesso de qualquer empreitada bélica contra o Brasil. Vale repetir, empreitada improvável inclusive porque o Brasil, além de apresentar dificuldades operacionais, não parece ser passível de reparos em áreas sensíveis como as que foram objeto de citação anterior, mas o futuro tem sua carga de incerteza.

Passemos às **fronteiras problemáticas, permeáveis, terrestres** (no plural porque sob as óticas geográfica e geoeconômica, que afetam a estratégia, são várias fronteiras) e a marítima, entendida esta como a faixa de mar de largura *no mínimo* igual à das águas sob jurisdição, soberana ou patrimonial, brasileira. É de se supor que no futuro próximo possam vir a ocorrer nelas (já estão ocorrendo) problemas em força ou meramente ilegais, exigentes de ação/reação militar. No caso da Amazônia, à semelhança da fronteira maríti-

ma, a idéia de fronteira tem que ser flexibilizada: em razão da permeabilidade da região, os problemas podem acontecer na fronteira em si, próximo dela, ou até muito longe dela. Preocupações de natureza similar, isto é, praticamente parapoliciais com implicações militares, aplicam-se ao controle do espaço aéreo, muito permeável.

REVISÕES NECESSÁRIAS

As considerações feitas até agora induzem uma pergunta complexa, cuja resposta não pode ser igual para os Estados Unidos, superpotência com responsabilida-

des globais no difuso "império" virtual da nova ordem, para as grandes potências com responsabilidades em suas esferas de influência, condôminas de peso naquele "império" e para países como o Brasil, cujas responsabilidades por ora se restringem, em princípio, ao espaço geoestratégico constituído por seu território e proximidades imediatas, em terra e no mar; essencialmen-

te, a América do Sul e Atlântico Sul ocidental, aceitando que para a defesa de seus interesses distantes suas contribuições só podem ser, no máximo, coadjuvórias. Vejamos a pergunta, que mexe com velhas certezas a que estamos habituados.

Diante das considerações já apresentadas e admitindo-as racionais e válidas, considerações que, enfatizando agora especificamente o mar, sugerem a redução da importância, relativa e não igual para todos, das concepções tão presentes no século XX, e anteriores, de disputa pelo domínio do mar (ou controle de áreas marítimas), negação do uso do mar e assalto anfíbio, qual é, para cada nível de potência, a importância verossimil

**A única modalidade
de atrição plausível
hoje, em sua
acepção
tradicional, é a
guerra de guerrilha**

dos sistemas de armas navais, aeronavais e anfíbios, que operacionalizaram tais concepções no Pacífico e na Batalha do Atlântico na Segunda Guerra Mundial e continuaram a operacionalizar, virtualmente, na Guerra Fria? Evidentemente, essa pergunta parametrada pelo mar pode ser adaptada para a guerra em terra e no/pelo ar.

A resposta talvez não agrade ao conservadorismo naval, como as relativas à terra e ao ar não deixarão felizes os conservadorismos dos Exércitos e Forças Aéreas, todos sujeitos culturalmente às teorias clássicas, alicerçadas sobre situações políticas, econômicas, estratégicas e tecnológicas diferentes da atual e previsível. O problema já está acontecendo nas maiores potências que vivem hoje orçamentos militares minguantes e ideários estratégicos, idem (nos Estados Unidos, menos, com sua alta tecnologia compensando a redução orçamentária), mas o elevado grau de consonância entre as políticas nacionais e o profissionalismo militar (o que significa limitado grau de autonomia corporativa militar) existente naqueles países, facilita a assimilação das respostas, em geral, restritivas.

Quanto ao Brasil, a resposta, já racionalmente restritiva em decorrência das considerações político-estratégicas explicitadas, têm que ser restritivas também por força da pressão orçamentária sobre o Estado, resultante de imensas demandas sociais de toda ordem, inexoráveis cerceadoras da disponibilidade de recursos para a defesa nacional; até porque os desajustes internos são, é justo reconhecer, ao menos no futuro imediato, potencialmente mais indutores de insegurança do que o cenário externo! Infelizmente, tais restrições vêm acon-

tecendo aqui menos por opção racional, estudada e responsável e mais por omissão ou descaso desinteressado do poder político e dos segmentos representativos da sociedade (nunca é demais insistir neste tema).

A revisão necessária implica inserir nos processos de definição da configuração militar (na formulação do pensamento estratégico) avaliações, sem ufanismos nacionais prematuros e utópicos, do tipo potência global emergente e, embora abertas à contribuição militar, sem sujeição às concepções corporativas, naturais e compreensíveis mas

não dogmas indiscutíveis. Tais avaliações devem ponderar a adequabilidade atual e futura dos sistemas de armas e de programas de preparo militar complexos, caros e supostamente de vida longa, não raro adotados por engessamento e inércia cultural nem sempre rigorosamente coerentes com o presente e o futuro imaginável. Isto, quando não adotado tal ou qual sistema de armas porque fulano ou sicrano (país, é claro) o tem, embora seja

preciso muita obsessão intelectual-doutrinária e/ou muito esforço de imaginação para afirmá-lo objetivamente útil.

No que tange ao emprego das Forças, é imperativo admitir a integração, sem escapismos corporativos que protegem a má relação custo/eficiência do sistema militar como um todo. Vale lembrar, a respeito, que tanto no Golfo como nos Balkans existiu um único teatro integrado, facilitado, é bem verdade, pelas reduzidas dimensões espaciais dos conflitos, como deverá ser o caso da maioria dos conflitos na nova ordem global e provavelmente o de todos ou quase todos os conflitos de interesse para o Brasil.

Uma modesta capacidade será útil para indicar às maiores potências que não seria seguramente zero o custo do sucesso de qualquer empreitada bélica contra o Brasil

Finalmente, é preciso não inibir a emersão de idéias que facilitem a adaptação da herança do passado às novas circunstâncias e conjunturas, simultaneamente evitando que a interpretação de ambas sejam desvirtuadas pela força da herança corporativa, intelectual/doutrinária — o que sabidamente não é e nunca foi fácil.

Vejam os títulos de exemplo, um tanto entre parênteses no contexto geral do artigo, um caso atual de alteração de concepção de defesa em função das circunstâncias da nova ordem política e estratégico-tecnológica. Aliada da ameaça soviética, a Suécia, país cuja estratégia é essencialmente defensiva, reviu em profundidade sua concepção militar básica. O alicerce fundamental da nova é o rigoroso conhecimento em tempo corrente do contexto operacional e tático, empregando para isso um excelente e moderníssimo sistema abrangente de obtenção de informações (satélites, aviões-sensores, sensores submarinos, aéreos e de superfície, sensores ambientais, etc.).

Complementa essa base de conhecimento uma eficiente rede de comunicações ligando o sensoramento aos centros de comando e controle integrados e esses às unidades de ação rápida e decisiva, capazes de pronta e eficiente ação/reacção pontual.

No caso sueco essas unidades são nucleadas fundamentalmente por aviões de elevado desempenho, complementados por forças de superfície dimensionalmente modestas mas tecnologicamente muito bem dotadas e usadas para consolidar a ação/reacção inicialmente aérea, "liquidando-se" assim quaisquer problemas, que nas circunstâncias da nova ordem comumente nascem ou são pontuais, logo no início e antes que tomem

vulto. Tudo muito diferente das clássicas maturações da situação, imensas mobilizações de forças mediocrementemente preparadas e seus deslocamentos estratégicos, seguidos por, em geral, longas campanhas. Usando a linguagem consagrada na economia, alta produtividade do militar e do orçamento militar minguante.

As dimensões e a variedade geofísica e do desenvolvimento regional do Brasil complicam o caso brasileiro, mas a idéia matriz da concepção merece um esforço de adaptação ao nosso cenário onde, diga-se de passagem,

ela é aplicável também no controle de perturbações da ordem interna, é claro que sem ataque aéreo fulminante... As Amazôniaas ocidental e oriental, onde o SIVAM será um razoável, para os problemas ali prováveis, complexo integrado, de sensoramento e comunicações, poderão ser estruturadas sobre a idéia, a serviço tanto da defesa nacional como do controle geral da região (ordem legal, meio ambiente, defesa civil, etc.).

Complicada será a montagem da pronta e decisiva ação/reacção, diante de nossa cultura de autonomia corporativa, militar e civil.

Prosseguindo: evidentemente, a revisão do pensamento estratégico brasileiro, com a conseqüente revisão do sistema militar, deve ser uma revisão prudente, não radical, porque ainda não é possível ter convicções firmes sobre o futuro da evolução em curso no mundo. Em sua execução convém considerar como parâmetro importante o confronto entre, de um lado, as preocupações criteriosamente avaliadas (elas são, por vezes, inflacionadas ou até *lobby* de interesses corporativos) e, do outro, as possibilidades e limitações, com realismo sóbrio, sem conces-

**Há que se assumir
responsabilidade e
priorizar, tarefa que
obviamente não é
monopólio militar; é,
aliás, mais política
que militar**

sões frustrantes, aos "sonhos" nacionais ou corporativos militares. E sem cair na ilusão abstrata, comumente aventada como correta na ausência de ameaças precisas e concretas, da defesa abrangente de todos os interesses do país contra as "possibilidades de um inimigo" vago e, por isso, assustador, um desiderato inviável até para as ricas maiores potências, até para os Estados Unidos. Há que se assumir responsabilidade e priorizar, tarefa que obviamente não é monopólio militar; é, aliás, mais política que militar.

No por ora ainda discreto contexto de mudança **nosso Exército** parece estar movendo corretamente seu enfoque maior do Prata para a Amazônia. Ele se mantém, porém, subliminarmente fiel à sua tradição de cuidados internos, que justifica, quem sabe com alguma razão, a disseminação territorial de suas unidades. E continua moderado e discretamente atento às preocupações regionais clássicas, voltadas para o sul. A ajustagem do Exército às circunstâncias da nova ordem realmente aparenta ter começado, mas o caminho a percorrer é longo.

A **Aeronáutica** prossegue tolhida por sua dualidade civil-militar e pelos controvertidos problemas da componente civil (aviação civil, aeroportos, etc.) da doutrina do poder aéreo/aeroespacial unificado, que teve sua época correta mas hoje é no mínimo discutível. Dualidade e problemas que há muito tempo comprometem as questões da Força Aérea em si, mas o alívio parece estar a caminho via alterações organizacionais no sistema aeronáutico. De positivo imediato poder-se-ia citar o reconhecimento da importante missão parapolicial de controle do espaço aéreo, em que se insere o projeto do *Super-Tucano*, complemento importante do SIVAM na Amazônia. Contudo, seus demais projetos, de relevância na defesa nacional, sobretudo o relativo aos aviões de combate que constituirão o núcleo "duro" da Força Aérea, ainda estão imprecisos, embora não seja difícil

encaminhá-los dentro da racionalidade coerente com a nova ordem.

Aparentemente, a **Marinha** resiste mais em suas concepções estratégicas clássicas, com seus instrumentos não seguramente adequados à realidade atual e previsível e à inserção do Brasil nelas. Resiste inclusive, embora cada dia menos, nos resíduos do ideário de potência emergente no cenário global, que floresceu nos 1970 do imediato pós-milagre econômico e entrou em ocaso com as crises do petróleo, da dívida e da carga social. Ideário que pretendeu conferir à Marinha características de poder naval de potência, sobretudo no Atlântico Sul. Volta e meia ele ressurgiu, apesar de incompatível com a realidade nacional na ordem internacional.

CONFIGURAÇÃO E DIMENSIONAMENTO

A sequência natural deste artigo sugere agora a apresentação de um esboço de configuração do sistema militar que responda ao pensamento estratégico coerente com o dito anteriormente. Referenciado ao Brasil, esse esboço pode, contudo, ser facilmente adaptado para países que, como o Brasil, não são grandes potências mas tampouco são insignificantes e irrelevantes e não convivem, nem se prevê que venham a conviver no futuro breve, com graves problemas de defesa. As linhas gerais do esboço são, em tese, da responsabilidade compartilhada, político-militar, mas não é duvidoso que nosso campo político a enfrente, em razão dos motivos já ditos e repetidos.

As idéias implícitas no esboço que se segue se encaixam na precedência da estratégia de defesa preconizada na política de defesa sancionada em dezembro de 1996 — idéias que enfatizam mais a proteção ou defesa do país e seus interesses diretos, do que a projeção estratégica inerente ao ideário neo-imperial da nova ordem sem, contudo, ignorar

completamente as injunções desse ideário nos limites sóbrios da responsabilidade brasileira. O encaixe é, aliás, relativamente fácil porque a política é vaga, é um somatório de consensos ao gosto do Itamaraty e da propensão à autonomia das Forças e é superficial como orientação. Começemos com uma breve menção ao Exército e à Força Aérea, deixando a Marinha por último porque a menção a ela é mais extensa.

Exército: um núcleo convencional moderno, dotado de boa mobilidade estratégica e tática, para ações pontuais rápidas e decisivas, de defesa do território e proteção de interesses importantes nele situados ou, criteriosamente selecionados, em suas proximidades imediatas, preferencialmente num quadro de segurança consensual, bem como para fornecer unidades a forças de paz, respeitados os parâmetros explicitados antes. Além desse núcleo, unidades apostadas para a Amazônia, com capacidade para a guerra de guerrilha (estratégia de defesa num improvável mas não impossível contexto de intervenção) e antiguerrilha; insere-se aí a capacidade para agir no outro lado da fronteira, contra guerrilha que não a respeite e não é contida pela força legal do país em que ela atua, de novo, preferencialmente num quadro de segurança consensual. E, finalmente, unidades para outras fronteiras, não amazônicas, onde o sistema policial não tem como resolver o controle e repressão de atividades ilícitas.

Força Aérea: em núcleo de aviões modernos para a defesa aérea de objetivos selecionados em função da conjuntura e para ataque a alvos inseridos no cenário operacional de defesa do território ou de proteção de interesses brasileiros (aviões de combate de alto desempenho e, ao que tudo indica, os AMX).

Deve dispor também de capacidade de apoio aerotático e logístico à Marinha e ao Exército e, importante, de aviões adequados ao controle e à imposição da lei e da ordem no espaço aéreo brasileiro.

Quanto à Marinha, começemos com três reflexões conceituais, corolários naturais de idéias já expostas:

1ª) a avaliação comedida das hipóteses mais graves para o Brasil (pressão de grandes potências, aventuras regionais) nos permite inferir que apenas parcela pequena da fronteira marítima viria a ser objeto de ameaça efetiva, já que os objetivos serão limitados e, no caso regional, há falta de capacidade, relativa e absoluta, para algo maior (o *affair* Beagle não inspirou, na Argentina e no Chile, preocupações que transcendessem a região da Terra do Fogo);

2ª) o Brasil não pode e por ora não precisa pretender ser ator naval importante nas grandes extensões oceânicas, onde a ordem e a segurança são da alçada dos Estados Unidos e, em certas regiões, de outras grandes potências ou de potências locais; e

3ª) ao Brasil cabe preocupar-se objetivamente com suas águas próximas, digamos, as águas sob sua jurisdição e, além delas, em extensão de controle factível por aviões de patrulha, ampliável com submarinos no que diz respeito à defesa distante da fronteira marítima.

Vamos agora ao esboço de configuração: um núcleo moderno, com submarinos e navios de superfície, para a defesa da fronteira marítima, com seu tráfego costeiro, em extensão linear condicionada pela conjectura, bem como para integrar forças de intervenção (embargo/bloqueio, apoio a forças em terra) e cooperar coadjuvoriamente no controle da

A minagem para a defesa pontual, local, tem espaço relevante na estratégia de defesa delineada

ordem no Atlântico Sul, em particular, no ocidental. A minagem para a defesa pontual, local, tem espaço relevante na estratégia de defesa delineada.

Além desse núcleo: meios para o controle e a implementação do direito internacional e brasileiro nas águas sob jurisdição brasileira e para a salvaguarda da vida humana nelas (atribuições típicas de Guarda-Costa); forças fluviais na Amazônia e bacia do Paraguai para a defesa territorial e controle e implementação da lei e da ordem (operações ribeirinhas, patrulha, etc.); e forças anfíbias, coerentes em termos de tropa, transporte, capacidade de desembarque e de apoio, configuradas para integrar forças de intervenção, como co-adjuvantes secundárias em se tratando de cenários de intervenção resistida e para incursões especiais, rápidas e decisivas, num contexto de proteção de interesses vitais e de salvaguarda da vida humana.

Last but not least, aviões de patrulha marítima e aviões para ataque a navios, úteis à defesa da fronteira marítima e às atribuições típicas de Guarda-Costa (em particular, os de patrulha). Esses aviões devem ser preferencialmente navais, embora voando de terra mas, se da Força Aérea, precisam estar operacionalmente vinculados à Marinha.

Esse esboço de Marinha é compatível com o que se poderia aceitar como uma adaptação da concepção estratégica da *Jeune École* francesa do fim do século XIX, que reconhecia ser inviável à França uma atuação importante nos oceanos, onde só lhe caberia atuar com corsários para perturbar o tráfego inimi-

go, tradicionalmente o inglês até então (atuação que não tem sentido objetivo para o Brasil, hoje), mas pretendia proporcionar à França segurança ao menos em águas próximas. Tal concepção não é do agrado dos profissionais influenciados pelas idéias de poder naval clássico (Mahan), mas o fato é que as restrições da nossa realidade e a impropriedade para o Brasil, dos cenários imperiais que inspiraram tais idéias, a têm imposto a nós, desorganizadamente e à revelia de convicções intelectuais e doutrinárias.

As atividades um tanto policiais, de controle de fronteiras terrestres, do mar sob jurisdição brasileira e do espaço aéreo poderiam ser atribuídas a organizações do tipo Guarda-Costa, Gendarmeria ou Guarda Nacional, terrestre e aérea, úteis também para emprego eventual no tocante à ordem constitucional e legal interna. Entretanto, por ora, não convém criá-las porque, como elas aten-

**O esforço aeronaval
ou é
tarefa de
grande potência,
ou não há
imperativa
necessidade dele**

deriam o dia-a-dia sensível à sociedade e ao poder público e como não são percebidas ameaças concretas, militares, as Forças Armadas seriam preteridas e acabariam não merecendo a atenção mínima indispensável. Além disso, tais organizações atenderiam à visão dos Estados Unidos quanto a forças militares na América, do México ao Antártico, daí resultando que a criação delas produziram dificuldades maiores no que tange ao já precário apoio norte-americano às Forças Armadas. É preferível a situação atual mas, para sustentá-la, é preciso que os militares se desincumbam das funções que caberiam a elas, sem subterfúgios escapistas – o que requer aprestamento e legislação adequados.

No dimensionamento dos núcleos modernos das três Forças, há que se ter em mente que os velhos princípios de guerra, de concentração e massa, são atendidos hoje muito mais pela tecnologia do que pelo número. Os efetivos militares estão diminuindo no mundo (talvez não tanto, se é que estão, na China, Índia, Paquistão e Taiwan), mas a concentração e a massa, o poder de fogo, enfim, crescem onde o poder militar é bem servido de tecnologia. É preciso ter presente também que outro princípio, o da economia, pode freqüentemente ser atendido pelo emprego integrado dos meios das três Forças, mediante esquemas operacionais adequados à situação.

O exposto até aqui induz naturalmente a hipótese de redução dos efetivos militares e da extinção, ainda que gradativa, do serviço militar obrigatório, inadequado à tecnologia moderna e à prontidão operacional. E induz a idéia de redução do número de organizações ou unidades militares de má relação custo/eficiência, criadas sob a ótica de outra época, com suas preocupações de integração e controle territorial. Preocupações em tese válidas ainda, mas que podem ser hoje atendidas também pela mobilidade, substituta viável em parte do território, da presença estática defendida não apenas pela tradição militar, mas também pelas comunidades (e seus políticos) onde os militares têm peso relativo ponderável na vida local.

A revisão reducionista está em andamento em praticamente todos os países que contam sob a perspectiva militar, ressaltada a dúvida anterior, sobre a Ásia. Convém que o Brasil adira à tendência, atento à evolução da conjuntura histórica, que dirá se as Forças precisarão ser aumentadas ou podem ser mais

reduzidas, apontando também a configuração adequada, que deverá prestigiar sempre a tecnologia.

A menção aos efetivos merece uma observação adicional. Os defensores das dimensões atuais, ou até ampliadas, usam o fato, verdadeiro, de que nossos efetivos são pequenos (no mundo) em termos de militar por habitantes. O argumento é discutível pois não é razoável dimensionar o poder militar pelo tamanho da própria população; é, sim, razoável dimensioná-lo pelo tamanho das hipotéticas ou efetivas ameaças, influência que adquire dimensões maiores nos países inseridos em cenários geoestratégicos inseguros (Israel), o que não é o caso brasileiro.

Os velhos princípios de guerra, de concentração e massa, são atendidos hoje muito mais pela tecnologia do que pelo número

CONCLUSÃO

Para começar a finalizar: a aguda evolução histórica que estamos vivendo subverterá e já está subvertendo velhos conceitos políticos e econômicos influentes nas concepções de segurança e defesa, que têm influenciado a formação intelectual e doutrinária, militar. As mudanças conceituais nos campos estratégico, operacional e organizacional são inevitáveis, sob pena de descompasso crescente entre os sistemas militares e a realidade do mundo, das regiões e dos países que não as realizem.

Todos somos um tanto prisioneiros da mistura de convicções antigas e razões novas, aquelas resistindo à pressão dessas. O homem em geral reluta diante de novas idéias e só as adota com o passar do tempo, quando de heréticas (e sujeitas a disciplinamento inquisitorial) passam a ser discutíveis e de discutíveis, a "talvez" certas. Essa resistência prejudica as instituições, sejam elas polí-

ticas, econômicas, sociais e militares, que só sobrevivem saudáveis e aptas ao cumprimento de suas razões de ser quando se ajustam à evolução das circunstâncias, como bem o demonstram a longevidade e a mutabilidade da Igreja Católica. Não foi à toa que o primeiro Lord do Mar, Almirante Fisher, disse (no início dos 1900) algo mais ou menos assim (reprodução de memória), referindo-se à resistência de seus almirantes de visão tradicional, imperial-global, à concentração da RN na Inglaterra por força da ameaça alemã: eu desconfio das cabeças que não mudam quando as circunstâncias mudam. A frase é muito válida na época atual, de mudanças rápidas e profundas, quando adeptos corporativos de concepções e doutrinas do passado em vez de adaptá-las às novas circunstâncias, mistificam as circunstâncias para ajustá-las sob má relação custo-benefício e, ilusoriamente, ao anacronismo conceitual e doutrinário.

Sejamos realistas: nenhuma sociedade, nenhum poder político responsável, se predispõe a defender, a pagar o custo da defesa do que não é percebido como ameaçado. Inexistindo ameaças concretas perceptíveis, este problema só é aliviado — ao menos onde não prevalecem autoritariamente valores militaristas de organização política e social — quando o sistema militar é configurado, organizado e dimensionado de tal forma que a sociedade e o poder político o entendam como racional à vista do presente e do futuro imaginável, sustentável sem sacrifícios penosos para o povo. E mais: quando uma e outro são convencidos da prevalência da lealdade militar funcional, ao país, sobre as concepções e pretensões corporativas militares autônomas que não correspondam à sensibilidade nacional. Tanto isto é assim

que a opinião política e pública brasileira aceita hoje com alguma compreensão o ônus dos cuidados com a Amazônia e com as fronteiras permeáveis, inclusive a marítima, com seus problemas de Guarda-Costa. Mas é improvável que aceite sem crítica, por exemplo, o ônus do preparo para atuação militar distante, na esteira da idéia do Brasil potência global.

A despeito de suas dúvidas decorrentes da inércia intelectual-doutrinária e de sua preocupação com o respaldo nacional ao seu pensamento tradicional, que na verdade só tomaram vulto no outono da carreira, o autor deste artigo, formado no classicismo e tendo vivido o ápice daquela idéia nos 1970, gostaria de ver o Brasil — e sua

Marinha — como ator estratégico influente no mundo. Mas será que isto nos convém hoje? Qual será a opinião a respeito, das representações expressivas dos vários segmentos de nossa democracia social de massa, será que seus interesses grupais dão espaço para preocupações com a projeção estratégica ou mesmo com a defesa contra

Serviço militar obrigatório, é inadequado à tecnologia moderna e à prontidão operacional

ameaças não percebidas como tal? E não adianta alegar que, diante da apatia política e social, os profissionais devem assumi-las autonomamente; a realidade conseqüente desta conduta é a frustração, sensível na rotina da sufocante sobrevivência do sistema militar que, se não chega a ser repudiado, tampouco é apoiado como instrumento de defesa.

O provável é que, se o pensamento estratégico não se compatibilizar com a sensibilidade nacional, ele vai “remar no seco”; mas a compatibilização é complicada, no mínimo porque aquela apatia dificulta a aferição desta sensibilidade. O Ministério da Defesa é po-

tencialmente útil para superar esse problema, caso consiga "administrar" os meandros das hoje fluidas e frágeis conexões entre a política e a estratégia e seja capaz de promover a revisão de algumas facetas do classicismo — o que não é fácil diante da tradição que apóia a resistência das concepções corporativas militares e, por outro lado, do desinteresse e despreparo político para a defesa nacional.

Uma brevíssima incursão sobre tema afim, mas omitido até agora. Se tudo continuar como está ou mesmo se evoluir, mas muito lentamente, continuará sensível o sufoco orçamentário militar: a qualquer melhora do quadro fiscal não corresponderá melhora diretamente proporcional no orçamento da defesa. E como os militares têm escrúpulos cívicos que os afastam de práticas similares às de algumas categorias críticas do serviço público, inclusive o Judiciário, eles vão continuar vitimados pela idéia expressa certa vez num foro acadêmico: realmente os militares ganham pouco mas por que pagar-lhes melhor se não precisamos deles?

Finalizando com uma reflexão-síntese: as concepções e os conceitos que alicerçam a formação estratégica tradicional estão em revisão no mundo, compulsada pela guinada da história, ora em curso. A validade deles e de seus instrumentos operacionais, que já era desigual para os vários níveis de poder e situações (geo)estratégicas, está mudando desigualmente, mas está mudando para todos. No Brasil, onde eles sempre tiveram mais presença no ideário cultural do que na restritiva prática real, é preciso ajustá-los à sensibilidade e à realidade da presença brasileira na guinada histórica. Numa primeira vista e aventurando uma interpretação sociopolítica sujeita a controvérsia, por falta

de evidência aferida, isto provavelmente deve significar preocupações estratégicas sem exageros, restritas ao Brasil em si e suas proximidades, na medida do possível, com apoio em consensos regionais sobre segurança e defesa; no mais, talvez alguma contribuição coadjuvória para a ordem global.

Em suma: protejamo-nos enquanto construimos um país socialmente mais feliz e economicamente mais forte, sem pretensões ou compromissos estratégicos desnecessários a esse desiderato. Realizado o avanço socioeconômico, a projeção estratégica virá naturalmente; assim aconteceu com os Estados Unidos!

O DEBATE

Eu desconfio das cabeças que não mudam quando as circunstâncias mudam

Almirante Fisher

Terminada a palestra na EGN cujo teor, adaptado para publicação, está aproximadamente reproduzido nas páginas precedentes, a primeira pergunta dos debates versou sobre aviação embarcada. O texto que se segue reflete, também aproximadamente, a

resposta, que evidentemente, para ser bem estruturada, teve que repetir conceitos e reflexões da palestra e traduz uma visão talvez equivocada, mas pelo menos discutível.

O sistema NAe/aviões é instrumento de:

- disputa e controle de grandes extensões oceânicas e de proteção de tráfego marítimo nelas. Em águas costeiras essas finalidades e a defesa do litoral são factíveis por aviões voando de terra, sem pôr em risco o navio-aeródromo; e

- projeção de poder (bombardeio aeronaval e apoio a operação anfíbia ou em terra), sua utilidade hoje maior.

As grandes extensões oceânicas deixaram de preocupar porque os conflitos ao estilo da guerra naval no Pacífico e da guerra

anti-submarino no Atlântico na Segunda Guerra Mundial não mais parecem plausíveis no mundo político, estratégico e tecnológico atual e previsível. Nos maiores conflitos dos últimos 50 anos (Coreia, Vietnã, Golfo) o tráfico transoceânico nunca foi ameaçado; no das Malvinas a Inglaterra só precisou controlar a região das ilhas – o que a Argentina não impediu porque elas se situavam no limite de seus aviões voando do continente e seu navio-aeródromo expor-se-ia à ameaça submarina, se intervisse.

Quanto à projeção (intervenções), embora a tecnologia moderna esteja substituindo os aviões por mísseis lançados de cruzadores, fragatas, etc., os aviões embarcados ainda continuam válidos mas, se o alvo da projeção tiver capacidade de defesa, o problema exige navios-aeródromos como os norte-americanos, que operam elevado número de excelentes aviões; os menores podem apenas ajudar. Já se a projeção for consentida ou mal resistida, a contribuição aeronaval é factível por helicópteros.

No fundo, a aviação embarcada é hoje principalmente um instrumento da versão moderna da *gun boat diplomacy* do século 19, para uso em cenários de média e alta intensidade militar, ainda necessário aos Estados

Unidos e, talvez, à França e à Inglaterra como presença coadjuvária residual de grande potência ou por força de suas responsabilidades em antigas colônias. Nos países de nível abaixo, além de permitir ilações prejudiciais à tranquilidade regional, porque não é inequivocamente um instrumento de defesa, ela é discutível no tocante à participação em intervenções porque o esforço aeronaval ou é tarefa de grande potência, ou não há imperativa necessidade dele.

Nesses países, a aviação embarcada encontra apoio na formação doutrinária tradicional das Marinhase, eventualmente, na idéia de potência, ambas influenciadas pela subjetividade corporativa, do que se depreende que esse, como de resto qualquer sistema de armas relevante, precisa do respaldo de avaliação político-estratégica a-

brangendo a evolução das ordens internacional e regional e a inserção do país nelas.

Essa última observação leva a outra, conjuntural. Caso a avaliação afirme já ser necessário ao Brasil o NAE/aviões, uma solução de curto prazo poderia ser o *NAe Foch* mas, de qualquer forma, o início do longo processo de obtenção de unidade nova não poderia ser postergado pois sua vida útil não demora a entrar em ocaso.

**... o que não é fácil diante
da tradição que apóia a
resistência das
concepções corporativas
militares e, por outro
lado, do desinteresse e
despreparo político para
a defesa nacional**

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ARTES MILITARES> / Estratégia /; Defesa;

“A Carreira Militar não é uma atividade inespecífica descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim.

Ela não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversível para sempre.”

(Autor desconhecido)